

CAPÍTULO 16

EGAS MONIZ E A ORDEM MORAL¹

Data de submissão: 18/04/2023

Data de aceite: 05/05/2023

Manuel Correia

Historiador

CEIS20-UC

<https://orcid.org/0000-0001-6464-2692>

RESUMO: Os usos da história para fins ficcionais são legítimos, culturalmente vantajosos, imprimindo aos conteúdos um interesse suplementar. Entre os recursos historiográficos mais notáveis destacamos várias narrativas biográficas. No caso que vos trago, que eclodiu em 1918, salienta-se a participação de Egas Moniz (1874-1955) no processo de interdição de Maria Adelaide Coelho da Cunha (1869-1954) a pedido do seu marido Alfredo Cunha (1863-1942). Há uma extensa bibliografia sobre o caso, baseada ou inspiradas em notícias e demais documentação, sendo o filme e série televisiva “A Ordem Moral”, de Mário Barroso, a sua mais recente manifestação. O envolvimento de vários psiquiatras e um neurologista neste processo, reveste-se de um interesse especial

para o conhecimento dos impactos sociais das práticas da época. Cruzando fontes e biografemas, discutimos congruências, razoabilidades, bem como a fundamentação e o rigor com que estas figuras da psiquiatria e da neurologia são tratadas na versão desta série da RTP1 (2021).

PALAVRAS-CHAVE: História da Psiquiatria. Egas Moniz. Biografia.



¹ Texto baseado na comunicação apresentada no XII CONGRESSO INTERNACIONAL HISTÓRIA DA LOUCURA, PSIQUIATRIA E SAÚDE MENTAL, COIMBRA – PORTUGAL – 12-14 JULHO de 2021.

1 INTRODUÇÃO

A par de numerosas e frequentes referências a Egas Moniz², em artigos, ensaios, escultura, fotografia e no cinema,³ surgiu-nos um novo filme que toma como personagens destacados algumas das mais conhecidas figuras da psiquiatria portuguesa da transição do século XIX para o século XX. Para além do interesse histórico das doutrinas então dominantes na psiquiatria, deparamo-nos com alguns dos atores históricos que protagonizaram à conta dos seus saberes e dos lugares sociais que ocupavam na sociedade portuguesa. O realizador Mário Barroso trouxe-nos, com o seu filme “A ordem moral”, a revisitação do caso de Adelaide Coelho da Cunha, vítima do marido e do filho, dos alienistas mancomunados com os tribunais, portanto, vítima de uma ordem moral -- a ordem moral vigente em Portugal, por volta de 1918. Sem renunciar naturalmente a componentes ficcionais relacionadas com reconstituições, composição dos personagens e elos narrativos indispensáveis ao ritmo e andamento dramático, este filme expõe com crueza dominantes e dominados, quer socioeconomicamente, quer em matéria de género, pondo a nu a brutalidade que se abateu sobre uma mulher oriunda da classe alta, marginalizada, perseguida e condenada por ter querido dispor livremente, da sua vida, do seu corpo e do seu destino.

2 UM FILME EM TRÊS EPISÓDIOS

Depois de vermos estes três episódios da série Ordem Moral, extraídos do filme homónimo de Mário Barroso, assaltam-nos duas interrogações: terá a figura de Egas Moniz recebido um tratamento justo, equilibrado, conforme com o que o próprio e os seus biógrafos estabeleceram? E o contexto? As referências à relação com o ambiente de então, coisas e pessoas, condizem com o que julgamos saber, com o legado historiográfico existente?

Esta breve reflexão sobre os “usos da história” alicerça-se na hipótese segundo a qual, por vezes, a ficção pode prestar um bom serviço ao imaginário da história, sem distorcer os seus suportes historiográficos, do mesmo modo que os historiadores são tentados a omitir episódios e acontecimentos que consideram de menor significado, ou a acrescentar hipóteses explicativas para colmatar hiatos documentais.

² António de Abreu Freire Egas Moniz (1874-1955), neurologista português, Prémio Nobel da Fisiologia ou Medicina de 1949, pelo valor terapêutico da Leucotomia Pré-Frontal no tratamento de certas psicoses.

³ A lista é enorme, mas, no caso da fotografia deve sublinhar-se o contributo mais recente de Bruno Claro, Investigador em artes visuais e fotógrafo. A sua Tese de Mestrado em Estética e Estudos Artísticos da Universidade Nova de Lisboa, intitulada “Tentativas Operatórias...”, recolhe uma sequência de imagens que contam a história das ruínas humanas, institucionais e arquitetónicas da época da Leucotomia. No caso do cinema, destaca-se “Um solo de violino” (1990), de Monique Rutler; “O Ego de Egas” (2020), de José Carlos Santos, e agora “A ordem moral” (2021), de Mário Barroso.

Apesar de existir uma copiosa bibliografia sobre o caso, em que os próprios atores históricos participaram, a divulgação e estudo da monstruosa cabala de que a vítima foi alvo, demorou décadas a vencer o silêncio. Maria Adelaide Coelho da Cunha e seu marido escreveram e publicaram abundantemente, atacando-se e defendendo-se, mas convém contextualizar: no Portugal de há um século, o paternalismo patriarcal e a discriminação de género eram moeda corrente. Desse modo não constituíram propriamente um escândalo. Agustina Bessa-Luís⁴ virá a dedicar-lhe um folhetim, mais tarde recolhido em livro. Agustina dará várias entrevistas em que reflete sobre a conduta e as escolhas que Maria Adelaide fez ao longo da vida. A partir daí, a trama montada contra a herdeira do Diário de Notícias inundou a pesquisa interdisciplinar, os estudos de género, ensaio e a ficção. Manuela Gonzaga consagrou-lhe vários textos, livros e comunicações. Entre a documentação relativa ao processo judicial instaurado por Alfredo Cunha (acórdão da sentença, pareceres médico-legais, correspondência, registos clínicos, notícias e artigos na imprensa da época), e os testemunhos, a começar pelos textos da autoria dos principais envolvidos, revela-se a rudeza, a discriminação, o preconceito filiado no cientismo da época, e as relações de poder que esmagam e tentam patologizar os comportamentos desalinados da sociedade patriarcal e matriarcal.

3 MARIA ADELAIDE E OS PSQUIATRAS

Particularmente interessados no cruzamento das biografias dos médicos psiquiatras com o caso de Maria Adelaide, passámos em revisão as referências e as entradas de Júlio de Matos, Sobral Cid, Egas Moniz e Magalhães Lemos na Ordem Moral. Logo à entrada, o filme (e série televisiva) esclarecem o compromisso que o seu realizador mantém com o uso da história: “Livrentemente inspirado em factos reais”. Esta declaração de interesses surge-nos como um compromisso. De facto, o guião parece cingir-se bastante às linhas gerais do que conhecemos acerca dos dados historiográficos disponíveis. Os nomes dos intervenientes, as marcas temporais (época da propagação da pneumónica, p.e.) e os traços gerais das narrativas são concordantes. Numa relação profícua entre historiografia e ficção, assistimos ao recontar da história de Maria Adelaide sem simplificações empobrecedoras.

⁴ Escritora portuguesa (1922-2019), autora de, entre outros romances, “A Sibila”, “Vento, areia e amoras bravas”. Foi-lhe descerrado o Prémio Camões em 2004. Agustina foi também autora de “Doidos e amantes”(2005) que, apesar das reservas que Agustina sustentava em relação ao caso, constituiu um momento alto na divulgação da história de Adelaide Coelho da Cunha.

4 ALGUNS PORMENORES

Logo no início do filme, Alfredo da Cunha, marido de Maria Adelaide, alude a um diagnóstico que o psiquiatra Sobral Cid identificara — a neurastenia. A psiquiatria marca assim, de modo indelével, toda a narrativa.

Mais adiante, após a representação da peça de Júlio Dantas, “Sóror Mariana” no amplo salão do seu palacete, Maria Adelaide ouve Egas Moniz, atrás de si, repetir algumas das suas falas da peça. [aos 30’ 15” do filme]:

— “Não me enterrem viva! Não me vistam esta mortalha, que me sufoca!” (etc.).

Maria Adelaide, que trata Egas Moniz por Senhor Professor, exclama em tom admirativo:

— “Que memória!”.

Egas Moniz explica-lhe que se trata de uma “deformação profissional”, e é assim que esse diálogo congruente faz passar a ideia de que o olhar dos psiquiatras envolvidos na história foi profissionalmente deformado, distorcendo a caracterização dos estados de espírito e comportamentos de Maria Adelaide, como que ressoando a tragicomicidade que nos legou “O Alienista” de Machado de Assis.

Moniz volta a entrar em cena no gabinete de Alfredo da Cunha, lendo a notícia do desaparecimento de Maria Adelaide (senhora da melhor sociedade), sublinhando o ardor com que Maria Adelaide desempenhou o papel de Sóror Mariana na peça de Júlio Dantas

— “a peça é do Dantas, mas a exaltação é de Maria Adelaide” —

e explicando ao marido despeitado, que tudo se deve à menopausa, à *loucura lúcida* e ao *furor uterino* que causam o rompimento de todas as barreiras, das convenções e da lógica.

O homem é uma inteligência servida por órgãos; a mulher é um útero servido por órgãos.

Estas falas são de Egas Moniz.

Finalmente, na encenação do encontro com os ilustres psiquiatras que já tinham entrevistado Maria Adelaide, com vista à elaboração dos pareceres médico-legais destinados a conferir autoridade científica ao pedido de interdição, Maria Adelaide lembra que Alfredo da Cunha era igualmente adúltero, e que não se estava a usar da mesma severidade puritana em relação a ele. Júlio de Matos faz-lhe um reparo:

— Mas ele não abandonou o domicílio conjugal.

Maria Adelaide retorquiu:

— Se o tivesse feito, eu não lhe teria lançado uma matilha de cães em cima.

Ipso facto, Sobral Cid levanta-se e sai da sala, como se não pudesse suportar o remoço de Maria Adelaide, ou, eventualmente, se quisesse demarcar da trama.

Numa síntese recente da história da psiquiatria em Portugal nas primeiras décadas do século XX, José Morgado Pereira lembra que “houve situações de conflito e incompreensão quando os alienistas utilizaram diagnósticos como *loucura moral*, *loucura lúcida* e *estados de desequilíbrio*, todos considerados degenerativos”. Referindo especificamente o caso de Maria Adelaide Coelho da Cunha, este autor salienta que “os pareceres psiquiátricos misturavam conceitos médicos, opiniões de caráter social e juízos morais”⁵. Convém, todavia, sublinhar que os estudos biográficos acerca dos alienistas visados nesta história nada recensearam sobre esta matéria até final do século XX. Apesar de tudo isto ser público, os seus biógrafos pouparam-nos ao desconforto de associar o biografado a um processo de carga negativa, selecionando outros biografemas mais positivos e heróicos.

5 UMA NOVA ERA

Em contrapartida, os estudos de âmbito historiográfico e a ficção irromperam no século XXI com uma produção numerosa e variada.

O filme em apreço é um dos exemplos mais recentes dessa irrupção. Curiosamente, Sobral-Cid é objeto de um tratamento diferenciado. Parece beneficiar de uma atenuante que a própria vítima lhe concede ao traçar a crónica dos acontecimentos. O mesmo Sobral Cid que anos mais tarde discordará de Egas Moniz no domínio da Leucotomia Pré-frontal.

Quanto a Egas Moniz, um outro dos seus biógrafos — João Lobo Antunes — apesar do fascínio que confessava sentir pela personalidade do primeiro Nobel português, anotou na biografia que lhe dedicou já no século XXI:

“Egas soube sempre utilizar com mestria a imprensa diária do seu país; tinha como amigos todos os chefes de redação dos grandes jornais, uma estratégia que lhe ficara decerto dos seus tempos de político.”⁶

E quanto ao miolo da Ordem Moral, o mesmo autor é seco e direto:

“Egas, Júlio de Matos e Sobral Cid foram os responsáveis pelo parecer infame que declarou Maria Adelaide Coelho da Cunha, filha do fundador do Diário de Notícias, que fugira com o motorista da casa ‘degenerada hereditária na qual se vêm manifestar todos os sintomas em relação com a menopausa, graves perturbações dos afectos e dos instintos que a privam da capacidade civil para reger a sua pessoa e administrar os seus bens’. Os três foram bem pagos pelo marido, Alfredo da Cunha.”⁷

⁵ PEREIRA, José Morgado (2020), A psiquiatria em Portugal nas primeiras décadas do século XX: Protagonistas, Coimbra, IUC, p. 40.

⁶ ANTUNES, João Lobo (2010), Egas Moniz. Uma biografia, Lisboa, Gradiva, p. 156.

⁷ Idem, *Ibidem*, p. 78.

6 CONCLUSÃO

Demorou-se praticamente um século a iniciar a transição historiográfica em que a glorificação dos grandes homens, a justificação sistemática das suas ações, o silenciamento dos seus piores atos, e a desvalorização das vítimas e dos desvalidos, começou, pouco a pouco, a dar lugar a uma perspetiva crítica, escrutinadora, inclusiva e atenta ao contraditório.

Se a história trata sobretudo do processo de construção das identidades, seguindo, em regra, protocolos testados de verificação das fontes, o uso que a ficção faz da história, pode alargar as vias do conhecimento, questionar e pôr em evidência a invisibilidade dos excluídos de cada ordem moral.

Para além do foco principal nos personagens nomeados, movem-se, nas margens e na sombra, serviçais silenciosas que morreram em consequência de abortos encorajados ou impostos; o desprezo pela vida e pelos direitos dos desafortunados encharca o ambiente.

Nesta história percebemos como, olhar outra vez, pensar de novo, visitar o nosso imaginário histórico, pode constituir uma base de trabalho, de estudo e reflexão sobre muito do que vai ficando na sombra, desta feita um relato dado pela ficção.

A ficção e a história não vivem assim tão longe uma da outra.